



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
Gabinete do Ministro dos Assuntos Parlamentares

DSATS
A Secretária-Geral
08/06/08
[Signature]

Ofº n.º 5834/MAP - 2 Junho 08

Exma. Senhora
Secretária-Geral da
Assembleia da República
Conselheira Adelina Sá Carvalho

Maria do Rosário Botão
Adjunta da Secretária-Geral

S/referência	S/comunicação de	N/referência	Data
Ofício n.º 961	04-04-2008	Registo n.º 1960	07-04-2008

ASSUNTO: RESPOSTA PERGUNTA N.º 1009/X (3.ª) DE 2 DE ABRIL DE 2008, DO SENHOR DEPUTADO ANDRÉ ALMEIDA (PSD)
- NOVO MAPA JUDICIÁRIO - TRIBUNAL JUDICIAL DE AROUCA

Encarrega-me o Senhor Ministro dos Assuntos Parlamentares de enviar cópia do ofício n.º 2201 de 30 de Maio do Gabinete do Senhor Ministro da Justiça, sobre o assunto supra mencionado.

Com os melhores cumprimentos,

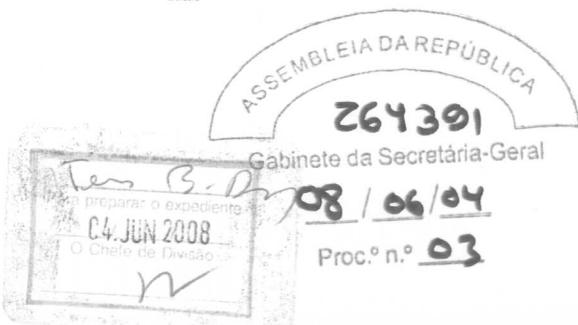
f1' A Chefe do Gabinete

[Signature]

Maria José Ribeiro

Á DAPLEN
08/06/08
[Signature]
A Directora de Serviços

SMM



GABINETE DO MINISTRO DOS ASSUNTOS PARLAMENTARES	
Entrada N.º	3211
Processo N.º	30 / 05 / 2008

●
▲
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
GABINETE DO MINISTRO

Exma. Senhora
Chefe do Gabinete de
Sua Excelência o Ministro
dos Assuntos Parlamentares
Palácio de S. Bento
1249-068 LISBOA

SUA REFERÊNCIA
Of. 3520/MAP

SUA COMUNICAÇÃO
7 Abril 2008

NOSSA REFERÊNCIA
P.º 3302/2006
N.º 2201

DATA
30 MAIO 2008

ASSUNTO: PERGUNTA n.º 1009/X/(3ª) - AC de 2 de Abril de 2008
Deputado André Almeida – GP PSD
Novo Mapa Judiciário – Tribunal Judicial de Arouca

Relativamente ao assunto supra cumpre informar o seguinte:

O Deputado do Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata, André Almeida remeteu ao Ministério da Justiça uma exposição relativa à proposta governamental de Reforma do Mapa Judiciário já publicamente divulgada em 18 de Março, questionando a opção governamental relativamente às alterações previstas para o Tribunal Judicial de Arouca.

Sobre esta matéria é de referir que no programa do XVII Governo, consta a necessidade de uma gestão mais racional do sistema judicial, nomeadamente requerendo o ajustamento do mapa judiciário ao volume processual e a adopção de um novo modelo de gestão dos tribunais mais eficiente e célere.

Em resposta ao requerimento apresentado esclarece-se:

A proposta governamental apresentada para o município de Arouca e bem assim para os demais municípios que fazem parte integrante do conjunto das 39 Comarcas, tiveram em conta a conciliação de um conjunto alargado de variáveis: o volume processual, o melhor aproveitamento dos edifícios existentes em cada município e a salvaguarda das distâncias a percorrer.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

GABINETE DO MINISTRO

A implementação da Reforma do Mapa Judiciário será feita com carácter experimental em três comarcas-piloto: Baixo Vouga, Alentejo Litoral e Grande Lisboa-Noroeste, sendo que após o período experimental de 2 anos e a respectiva avaliação de resultados se considera expectável o seu alargamento ao restante território nacional. Neste sentido e no que à comarca de Entre Douro e Vouga diz respeito as alterações resultantes da implementação da nova Lei de Organização e Funcionamento dos Tribunais só se farão sentir efectivamente a partir de 2010, designadamente a distribuição e tipologia de Juízos.

A proposta governamental de reorganização do mapa judiciário, resulta de um amplo trabalho que assentou na recolha de sugestões junto do sector, bem como nos estudos técnicos anteriormente desenvolvidos pelo Observatório Permanente da Justiça e pela Faculdade de Engenharia da Universidade de Coimbra.

Na proposta de Lei governamental não está em discussão qualquer conteúdo concreto dos serviços de justiça em Arouca ou de qualquer outro município. Tal conteúdo será objecto de um Decreto-Lei próprio a aprovar pelo Governo e para o qual serão aceites todos os contributos.

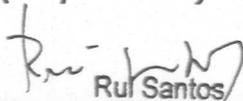
Importa pois reiterar que a proposta de reforma do mapa judiciário visa aumentar a eficiência dos tribunais e adequar a rede judiciária à realidade: em suma, assegurar aos cidadãos o acesso a uma resposta judicial célere e eficaz pretendendo-se desta forma uma resposta estruturante para os problemas e necessidades que caracterizam o actual sistema judicial.

Ao Governo compete zelar pelo interesse geral e pelos equilíbrios territoriais tendo em conta a oferta do sistema de Justiça.

Com os melhores cumprimentos,

} O Chefe do Gabinete,

(Filipe Costa)


Rui Santos

Adjunto do Ministro da Justiça

Em substituição do Chefe do Gabinete